



15 anos da LRF

Instrumentos de Transparência da Gestão Fiscal e Controle Social

Brasília, 7 de maio de 2015

Transparência Fiscal

Contribui para melhorar:

- a geração de receitas;
- a alocação de recursos; e
- a execução do gasto público.

impacto positivo no crescimento econômico, na eficiência, na igualdade, na redução da pobreza e no crescimento sustentável.

Possibilita o controle social:

- participação do cidadão na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento e no exame das ações da Administração Pública;
- importante instrumento de prevenção da corrupção e de fortalecimento da cidadania.

Aumenta:

- a confiança da sociedade na gestão fiscal.
- Uma sociedade civil informada promove melhores decisões fiscais.

É importante saber:

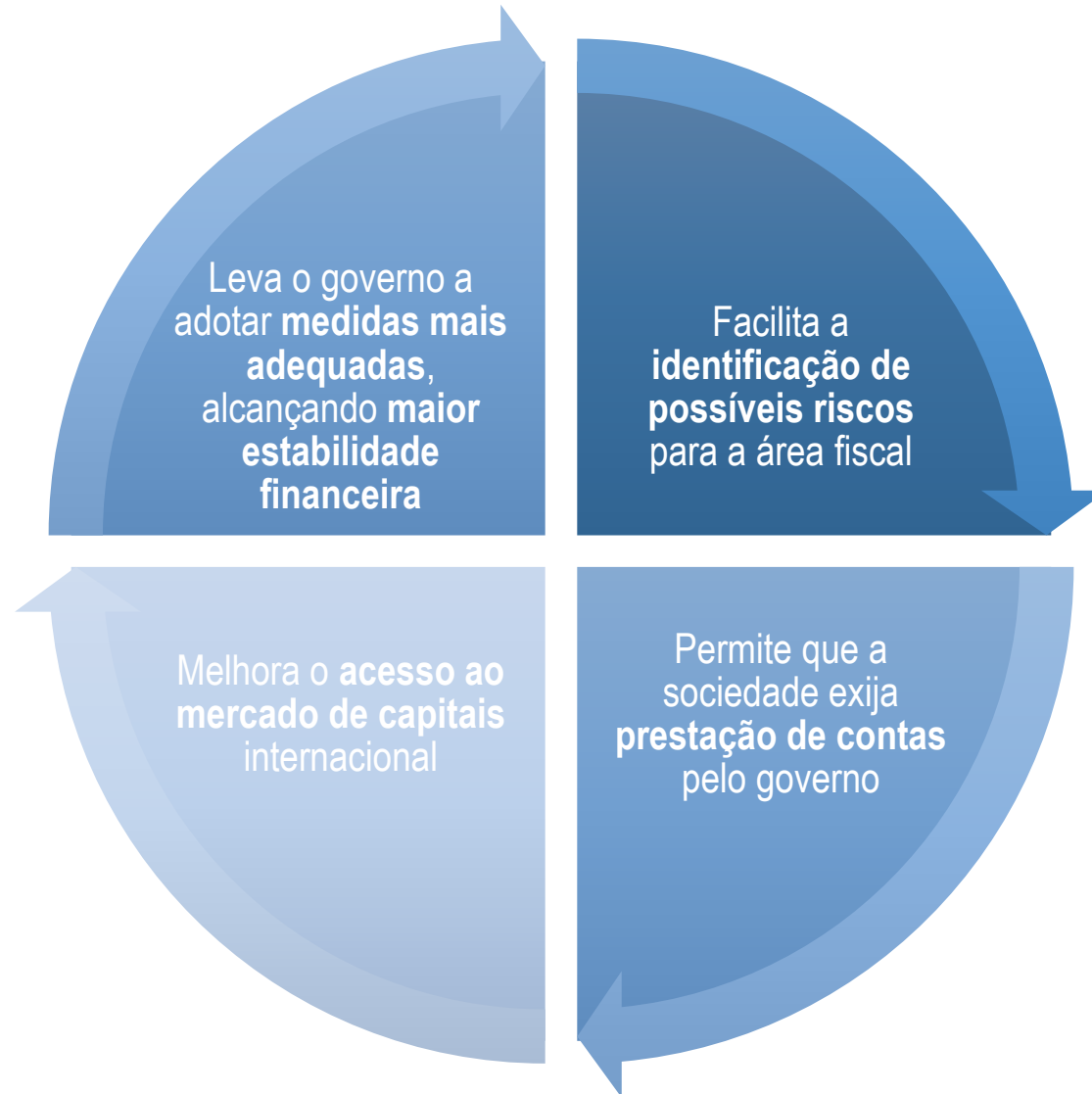
o que o governo faz

por que faz

como faz

e os efeitos de sua ação na sociedade.

Benefícios da Transparência na Gestão Fiscal



Transparência na LRF

Pela LRF, responsabilidade na gestão fiscal pressupõe:

Agir de forma planejada e transparente, para prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas;

Atingir as metas de resultados entre receitas e despesas;

Obedecer limites estabelecidos na legislação (gastos com pessoal, operações de crédito, concessão de garantia, etc.);

A transparência fiscal é obtida pela **provisão de informações** completas, confiáveis e tempestivas sobre as atividades passadas, presentes e futuras do governo.

Art. 1º, § 1º da LRF

Mecanismos de transparência na Gestão Fiscal

A LRF define mecanismos de transparência

Planos, diretrizes orçamentárias e orçamentos

- arts. 3º a 7º

Prestações de contas anuais

- arts. 56 a 58

Relatórios, demonstrativos e metas de resultado

- arts. 8º, 9º, 13, 52 e 53

Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

- arts. 54 e 55

planejamento

controle

monitoramento

publicidade

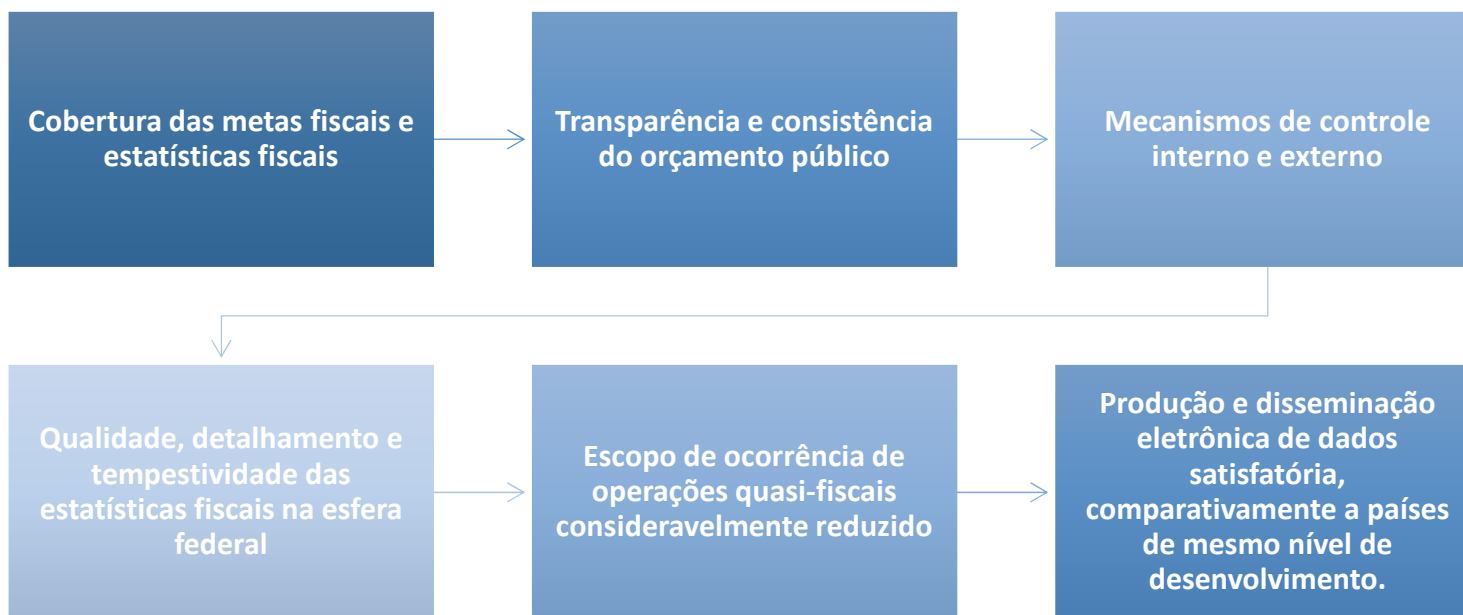
Periodicidade
bimestral,
quadrimestral e anual

Avaliação do Brasil na Transparência Fiscal (1)

Segundo avaliação do FMI, realizada em 2005, o Brasil atingiu um **nível alto de transparência fiscal**

O país alcançou melhorias no gerenciamento das finanças públicas, com o SIAFI, a LRF, Metas Fiscais, Riscos Fiscais, entre outros.

O alto padrão de desempenho se deu principalmente nos seguintes aspectos:



Avaliação do Brasil na Transparência Fiscal (2)

Aperfeiçoamentos sugeridos pelo FMI

Recomendações de Melhoria	Ações adotadas pelo governo para incrementar a transparência fiscal
Melhorias nos controles internos e externos , para obter acompanhamentos mais sistemáticos nas unidades e definição de responsabilidades	<ul style="list-style-type: none">- Publicação do Decreto nº 5.687/2006: promulga a Convenção das Nações Unidas contra a corrupção e adota princípios de transparência pública;- Aprovação da Lei Complementar nº 131/2009: alterou a LRF nas questões relativas à transparência da gestão fiscal;- Edição da Instrução Normativa TCU nº 63/2010: estabelece que os relatórios de gestão devem contemplar todos os recursos orçamentários e extra-orçamentários utilizados, arrecadados, guardados ou geridos pelas unidades jurisdicionadas; e- Publicação da Lei nº 12.527/2011: lei de acesso à informação.
Inclusão de análises mais detalhadas dos impactos macroeconômicos da política fiscal no Anexo de Riscos Fiscais (ARF) da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)	<ul style="list-style-type: none">- Desenvolvimento de instrumentos para incrementar capacidade de análise da política fiscal tais como modelos de projeção de receitas, modelo macrofiscal e projeções fiscais para o G-20;- Ampliação do escopo de análise da política fiscal: comitê de política fiscal; e- Aprimoramento das projeções fiscais para Estados e Municípios; estimação de indicadores fiscais estruturais.

Avaliação do Brasil na Transparência Fiscal (3)

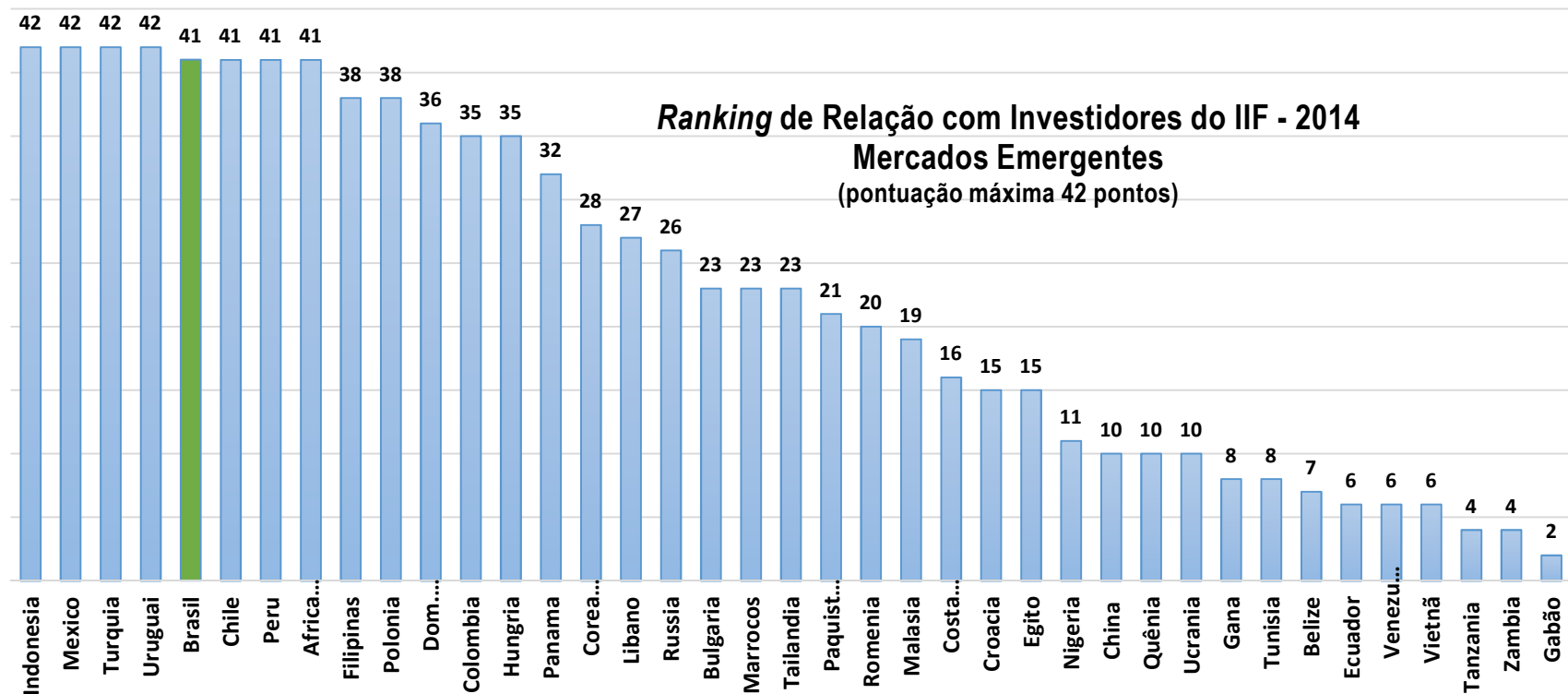
Aperfeiçoamentos sugeridos pelo FMI

Recomendações de Melhoria	Ações adotadas pelo governo para incrementar a transparência fiscal
Estimativas de custos três anos para a frente para os programas de duração continuada	Anexos do Plano Plurianual - PPA apresentam estimativas de custos dos programas de governo para quatro anos, bem como são estipulados indicadores para aferição de cumprimento de metas.
Maior detalhamento nos relatórios mensais de execução orçamentária, incluindo demonstrativos separados divididos por classificações funcionais e econômicas	O Tesouro Nacional publica bimestralmente o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal onde consta o Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção.
Reduzir a discrepância entre os dados acima e abaixo da linha	É realizado mensalmente trabalho minucioso e detalhado entre Banco Central e Tesouro Nacional para minimizar a discrepância estatística dos indicadores fiscais no âmbito do governo central e das empresas federais.

Avaliação do Brasil na Transparência Fiscal (4)

O Brasil está entre os países melhor pontuados na avaliação do *Relacionamento com Investidores* em *ranking* elaborado pelo Instituto Internacional de Finanças – IIF para avaliar os mercados emergentes.

A transparência das informações fiscais e macroeconômicas do país é um fator que contribuiu para este desempenho: em 2014 o Brasil alcançou 41 pontos, num máximo de 42.



Transparência e Rating Soberano



4 indicadores macro: Força econômica, Força institucional, Força Fiscal e Suscetibilidade a Evento de Risco
Transparência é variável chave na questão institucional

“Transparência e observância do conjunto de regras contábeis e de apuração das estatísticas fiscais do setor público é um fator chave para este indicador”. (tradução livre)



5 grandes fatores: Político, Econômico, Fiscal, Setor Externo e Política Monetária
Transparência é variável chave no fator Político

“A transparência e a observância, por parte das instituições, do conjunto de regras e processos estabelecidos, bem como a cobertura e a confiabilidade das informações estatísticas são fortemente considerados”. (tradução livre)

Em 2008, quando concedeu o grau de investimento ao Brasil, a S&P escreveu: “Pragmatismo e previsibilidade da política econômica, bem como **instituições transparentes**, têm sustentado a estabilidade macroeconômica no Brasil. Isto possibilitou a base adequada para o crescimento econômico e para as melhorias fiscais nos últimos cinco anos”. (tradução livre)

Divulgação de Informações pela STN (1)

Projeto Tesouro Transparente

Objetivo: implantar o **Portal Tesouro Transparente**, um canal de acesso às principais informações fiscais do governo, que serão fornecidas de forma tempestiva e contínua

A STN é a fonte primária da maioria dos *dados* fiscais, mas muitos deles ainda não são fornecidos na página do Tesouro da forma mais adequada à produção de *informações* compreensíveis ao usuário comum

O Tesouro Gerencial (2015) e o SIAFI Gerencial (2008-2014) são sistemas que permitem a obtenção de informações diárias, a partir dos dados da execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial. Eles conferem flexibilidade ao usuário para que realize suas consultas de forma customizada, a partir da parametrização de filtros pré-definidos

O **Tesouro Transparente** compilará, **em um único local**, os resultados das principais pesquisas elaboradas nos Sistemas Gerenciais e outras informações fiscais atualizadas, a fim de que as consultas pretendidas pelos usuários se deem de forma mais rápida e simples

Divulgação de Informações pela STN (2)

Modificações no sítio eletrônico do Tesouro

Desde o último dia 5, o site do Tesouro disponibilizou uma **nova homepage**, contendo uma ferramenta chamada de Central de Informações, cuja finalidade é auxiliar o usuário a encontrar a informação de que necessita de forma mais eficiente



Por meio da aba **Acesso Rápido**, pode-se visualizar e, rapidamente, ser direcionado às páginas mais visitadas do *site*



Destaca-se, também, a possibilidade de o usuário escolher por onde navegar, pelo perfil de **Público** com o qual se identifica: *sociedade, instituição financeira, investidor, governo federal e prefeituras e governos estaduais*

Divulgação de Informações pela STN (3)

Aba Dados e Estatísticas: principal avanço da nova *homepage*



The image shows a screenshot of the Tesouro Nacional website. At the top left is the logo with the text "TESOURO NACIONAL". To the right is a search bar with the placeholder "pesquisar..." and a "BUSCA" button. Below the logo are navigation links: "RESPONSABILIDADE FISCAL" with a dropdown arrow, "DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL" with a dropdown arrow, "INSTITUCIONAL", and "SALA DE IMPRENSA". A large banner on the left features the Tesouro Nacional logo and the text "NOVA HOMEPAGE" and "Conheça as novidades!". On the right, a "ACESSO RÁPIDO" menu is visible, with "PÚBLICOS" and "DADOS E ESTATÍSTICAS" selected. The "DADOS E ESTATÍSTICAS" menu includes the following items:

- Administração Orçamentária e Financeira
- Demonstrativos LRF
- Dívida Pública
- Finanças Estaduais e Municipais
- Estatísticas Fiscais
- Operações de Crédito

Divulgação de Informações pela STN (4)

Acesso Rápido



RESPONSABILIDADE FISCAL 

DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL 

INSTITUCIONAL | SALA DE IMPRENSA



Divulgação de Informações pela STN (5)

Dados e Estatísticas

As informações disponibilizadas estão segregadas pelos seguintes temas:

1. Administração Orçamentária e Financeira: Programação financeira, séries históricas do SIAFI, execução orçamentária e financeira e Balanço Geral da União

2. Demonstrativos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal: Balanço do Setor Público Nacional, RREO e RGF, Receita Corrente Líquida, demonstrativos contábeis e relatório de cumprimento de metas fiscais

3. Dívida Pública: PAF, relatório mensal e anual da dívida, operações de crédito, fiança e contratação direta, bem como características dos títulos da dívida interna

4. Finanças Estaduais e Municipais: transferências constitucionais, legais e voluntárias, operações de crédito analisadas pelo MF, demonstrativos fiscais e contábeis, créditos da União e verificação de adimplência

5. Estatísticas Fiscais: resultado do Tesouro Nacional e estatísticas fiscais harmonizadas

6. Operações de Crédito: execução das despesas, realização das receitas e restos a pagar por programa e natureza das despesas



Obrigado!

Marcelo Barbosa Saintive
Secretário do Tesouro Nacional
www.tesouro.fazenda.gov.br